



Belo Horizonte, 28 de maio de 2012

Ofício RSU Nº. 01/ 2012

À Unidade Parceria Público Privado - PPP

Ref.: Sugestões e comentários para aprimoramento do edital de concessão administrativa para transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos disponível para consulta pública.

Prezados senhores,

A empresa KTM ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA., CNPJ 2.279.935/0001 - 42, localizada na Rua Marabá, número 23, Bairro Santo Antônio, município de Belo Horizonte – MG vêm apresentar à Unidade de Parceria Público Privado – PPP os seguintes comentários e sugestões ao edital disponível para consulta pública referente à concessão administrativa para transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos na Região Metropolitana de Belo Horizonte e Colar Metropolitano:

- O item 15.1.1 referente à proposta técnica menciona que o Coeficiente Ambiental - CA deverá ser apresentado pelo licitante. O item 15.2, informa que o CA afetará o desempenho da concessionária, pois é utilizado no cálculo do preço final e obriga a aterrar menor quantidade

possível. O item 15.3 relata que o CA variará de 0,2 a 0,7. Entretanto fica a critério de cada empresa determinar seu próprio coeficiente. Definir os valores de CA associados aos sistemas de tratamento e destinação final que serão utilizados fará com que os valores de CA sejam mais concretos.

Exemplo: CA entre 0,2 a 0,4 – usina de triagem e compostagem composto por aterro de rejeitos; 0,45 a 0,55 – Sistema de Incineração com aterro de rejeitos; 0,60 a 0,65 – Tecnologia de Plasma para gaseificação dos RSU com aproveitamento energético; e assim por diante;

- Em relação à qualificação técnica, item 17.5.1 informa que poderão participar consórcios de empresa em que pelo menos uma das empresas integrantes deverá ter atestado de participação em obra com valor mínimo de 200 milhões de reais. O item 17.5.1.1 informa que poderá utilizar o somatório de atestados. Entretanto, mesmo assim uma das empresas deverá comprovar a participação em obras no valor de 200 milhões. Entendemos que o somatório dos atestados nesse caso não teria nenhum valor;
- O item 17.5, sobre qualificação técnica, solicita somente a participação em empreendimentos com investimento de 200 milhões. Deveria ser acrescentadas mais restrições na qualificação técnica, como por exemplo, atestados comprovando que pelo menos uma das empresas do consórcio deverá ter atuado na gestão dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, comprovação de área adequada dentro das leis e normas ambientais vigentes para instalação de tal empreendimento, demonstrativo da capacidade técnico operacional para garantir o funcionamento do sistema, etc.

- No capítulo III, “julgamento”, sugere – se acrescentar os seguintes critérios:
 - Quantidade de rejeito do processo de aproveitamento;
 - Prazo para implantação integral e operação plena do sistema.
- O item 26.1 menciona que a concessionária será uma sociedade de propósito específico (SPE) na forma de sociedade anônima. Sugere – se não restringir tal formação, deixando a cargo da concessionária decidir a forma da sociedade;
- Sugere – se a inclusão de um anexo com cronograma de execução estipulando os prazos e contemplando as seguintes etapas:
 - Aquisição de área;
 - Projeto Execução;
 - Formalização do processo de licenciamento ambiental para licença de instalação;
 - Início das obras;
 - Formalização do processo de licença de operação.

Atenciosamente,



KTM Administração e Engenharia LTDA.

Marcelo Antônio Silvestre
KTM Adm. e Engenharia LTDA.